



## MERCADO DE TRABALHO EM EDUCAÇÃO FÍSICA: REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA, RELAÇÕES DE TRABALHO E INTERVENÇÃO PROFISSIONAL

Rita de Cássia Garcia Verenguer  
Universidade Presbiteriana Mackenzie

**Resumo:** No processo de preparação profissional, as discussões sobre mercado de trabalho quase sempre se concentram em apresentar os possíveis locais de intervenção, deixando de analisar a complexidade das relações de trabalho e a reestruturação produtiva. Desta forma, desejando despertar para o interesse dessa temática no universo da Educação Física, os objetivos deste artigo são: a) caracterizar a estruturação e a reestruturação do mundo do trabalho e b) advogar a necessidade de se empreender estudos sobre as mudanças no mundo do trabalho e seu impacto para o profissional de Educação Física. A partir de meados da década de 1970 e, em função do impacto da tecnologia, as relações de trabalho, outrora reguladas pela dinâmica do trabalho industrial e fordista, vão sofrer grandes mudanças e serão necessários novos pactos entre os atores sociais. Nesta nova realidade, na qual vemos a tercerização dos serviços, a perda dos direitos trabalhistas, a contratação por temporada, temos os profissionais de Educação Física realizando sua intervenção procurando compreender, sobreviver e beneficiar-se dela. Se por um lado, temos poucos estudos sobre essa temática, por outro, temos um campo aberto para a investigação.

**Palavras-chave:** Mercado de Trabalho, Relações de Trabalho e Intervenção Profissional

### WORK FIELD IN PHYSICAL EDUCATION: PRODUCTIVE RESTRUCTURING, WORK RELATIONS AND PROFESSIONAL INTERVENTION

**Abstract:** In the process of professional preparation, the discussions about the work market always aims in presenting possible sites of work, not analyzing the complexity in the work relations and the productive restructuring. This way, aiming to arouse the interest in the theme about this subject in the universe of Physical Education, the purposes of this article are: a) characterize the restructure and the restructuring of the work field and b) show the necessity of initiating studies about the changes in the work field and the impact for the Physical Education professional. From the mid 1970s, and due to the impact of technology, the work relations once followed by industrial and fordist labor dynamic will suffer great changes, a new agreement among the social agents will be necessary. In this new reality, in which we see service outsourcing, the loss of work rights, the hiring for temporary periods, we have professionals of Physical Education doing their intervention trying to understand, survive and take profit of it. If on one hand we have little study about this subject, on the other hand we have an open field for investigation.

**Keywords:** Work field, Work Relations and Professional Intervention

## INTRODUÇÃO

“...sem trabalho eu não sou nada/ não tenho dignidade/  
não sinto o meu valor/ não tenho identidade/  
mas o que eu tenho é só um emprego...”  
(Legião Urbana)

Quando analisamos o tema *Mercado de Trabalho* é muito comum nos remetermos a outro tema muito caro para a Educação Física, qual seja o da preparação profissional. Ambos possuem uma relação estreita entre si e acabam estabelecendo um dilema: qual o caminho que o curso de graduação deve seguir em relação ao mercado de trabalho ou qual a distância que o primeiro deve guardar do segundo.

Em outras palavras: a preparação profissional deve atender às demandas atuais e necessidades imediatas do mercado de trabalho ou deve vislumbrar e antecipar as demandas futuras e necessidades mediatas? O curso de graduação deve perpetuar a maneira como se intervêm na área ou deve modificar essa maneira? Deve aceitar e legitimar a visão do senso comum que os graduandos têm sobre a área ou deve profissionalizar a visão sobre ela?

Em discursos pomposos ou em textos oficiais podemos encontrar, para as perguntas acima, frases de efeito e, no entanto, no cotidiano, ações contraditórias. Sabemos que o delineamento das diretrizes de um curso de graduação é tarefa árdua e a decisão de que caminho escolher é difícil e complexa, visto que depende, fundamentalmente, da maneira como a Universidade e os docentes responsáveis pelo curso entendem os seus papéis e suas responsabilidades institucionais.

Já se tornou lugar comum afirmar que a Educação Física e seus interlocutores vêm, ao longo dos últimos 25 anos, construindo um vigoroso espaço de reflexão e mudança. As angústias, insatisfações, inquietações, dúvidas e incertezas existentes são sentimentos próprios de algo vivo e dinâmico e, muitas vezes, nos dão a sensação de que as coisas continuam iguais. Tal estado de ânimo não se sustenta quando, mais cuidadosamente, observamos a realidade. Se as mudanças não ocorrem na velocidade e na direção que gostaríamos não significa dizer que elas não estejam acontecendo.

Por mais de uma década como docente de disciplinas cujos conteúdos giram em torno dos temas relacionados à preparação profissional, produção de conhecimento, mercado de trabalho e intervenção profissional, podemos observar que, de tempos em tempos, os graduandos vêm se mostrando mais receptivos a essas problemáticas, embora considerando-as coadjuvantes no seu processo de profissionalização.

Esses temas são polêmicos por natureza e provocam um impacto muito grande nos jovens graduandos que trazem em sua bagagem uma visão de Educação Física própria do senso comum e glamourizada pela mídia. A resistência surge com frequência quando começamos a analisar quais são as características de um curso de graduação, as competências e saberes de um profissional, o papel da Universidade, do docente e do discente no processo de profissionalização, as contradições do mercado de trabalho e os requisitos para a intervenção profissional.

Se é verdade que os jovens graduandos trazem consigo um conjunto de saberes sobre a área que escolheram, saberes estes oriundo de uma vivência esportiva ou escolar, é verdade, também, que a Universidade e o curso de graduação têm uma responsabilidade imperiosa, qual seja, criar um ambiente no qual se possa refletir, superar, lapidar, criticar e, principalmente, ampliar esses saberes a fim de se conquistar um grau mais elaborado e sofisticado de profissionalização.

Tal afirmação nos remete a um pressuposto: a Universidade, antes de ser um espaço que outorga diplomas, é o *locus* no qual a reflexão da realidade, a proposição de alternativas, a responsabilidade com a mudança são eixos norteadores de qualquer curso de graduação e, por conseqüência, de qualquer profissão orientada academicamente. Todas as atividades que compõem o curso sejam elas de ensino, pesquisa e/ou extensão, devem proporcionar a aquisição de novos saberes visando o

aprimoramento das rotinas, procedimentos e condutas profissionais e, sobretudo, da realidade na qual o profissional está inserido, ou seja, enquanto profissional-cidadão, este deve atuar como agente de mudança.

Neste sentido, Tojal (1989, p. 160) quando avalia a relação entre preparação profissional e mercado de trabalho e reforçando nossas convicções afirma:

Partindo do entendimento que a Universidade e o Sistema de Ensino Superior de maneira geral, devem manter sempre a preocupação de apresentar respostas satisfatórias às grandes questões nacionais e dentre estas, sem dúvida alguma, a formação adequada de profissionais para atuarem junto ao mercado de trabalho, devem aquelas, tendo como meta o ensino e a pesquisa, enfatizar o papel social que exercem (...) e direcionar a formação que é oferecida pelos diversos cursos que desenvolvem, levando em conta a possibilidade de intervenção e transformação do mercado de trabalho existente.

Quando analisamos a literatura no que diz respeito à presença da Educação Física na Universidade, observamos, com propriedade, a denúncia sobre o baixo *status* acadêmico da área, a ausência de um objeto de estudo, a indefinição da área de conhecimento e, mais recentemente, é preciso registrar, a tentativa de vários autores em propor modelos epistemológicos na direção de superar este quadro acadêmico-científico.

Uma das mais duras críticas à Educação Física reside na idéia de que a área negligenciou sua caracterização acadêmica e privilegiou, quase que exclusivamente, a preparação de profissionais para responder às demandas do mercado de trabalho. Essas críticas vêm ao encontro de uma concepção de Universidade na qual a pesquisa, a produção de conhecimento e a reflexão teórica constituem-se como o fundamento da instituição universitária.

No entanto, não podemos nos esquecer que a Universidade brasileira traz, em sua origem, a tradição franco-napoleônica que se definia pelo modelo profissionalizante de ensino superior, de caráter prático e imediatista. A título de explicação, temos que a origem do ensino superior brasileiro está íntima e historicamente relacionada com a vinda da corte portuguesa para o Brasil em 1808. Com a ruptura das relações entre os dois países e com o resto da Europa, a elite brasileira não pôde mais enviar seus filhos para se graduarem além-mar, vendo-se obrigada a criar aqui instituições para este fim. Surgem neste período, e sob influência do modelo franco-napoleônico, as primeiras escolas de medicina, engenharia e direito (RIBEIRO, 1975; CUNHA, 1980).

Naturalmente, como sabemos, o modelo escolhido para o ensino superior vai sofrer ao longo das décadas seguintes inúmeras críticas e ajustes. Embora não possamos afirmar que o modelo brasileiro de Universidade é aquele em que a formação geral e humanista seja a regra e a pesquisa um requisito essencial na vida acadêmica, a literatura, os intelectuais e estudiosos do assunto, com as possíveis exceções, não advogam outro modelo. Vale lembrar que a própria LDBEN (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) no artigo 52, quando caracteriza a Universidade, afirma que ela é uma instituição de ensino, pesquisa e extensão e que 1/3 dos docentes devem ser contratados em regime de período integral e com titulação mínima de mestre.

Por mais constrangedor e paradoxal que isso possa parecer, a ênfase adotada pelos cursos de graduação em Educação Física na direção da profissionalização está rigorosamente coerente com o modelo adotado pelo Brasil quando iniciou seus programas de ensino superior: o modelo profissionalizante foi a regra até a década de 30 do século XX e consolidou um estilo de graduação.

No entanto, mesmo considerando a coerência na ênfase profissionalizante dos cursos de Educação Física, dada a origem do ensino superior brasileiro, pouco nos propusemos a discutir, analisar e problematizar questões de caráter eminentemente profissionais. Deste modo, visando contribuir com este debate, definimos para esse artigo os seguintes objetivos: a)

caracterizar a estruturação e a reestruturação do mundo do trabalho e b) advogar a necessidade de se empreender estudos sobre as mudanças no mundo do trabalho e seu impacto para o profissional de Educação Física.

## I. TRANSFORMAÇÕES NO MUNDO DO TRABALHO: REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA

Qualquer pessoa que tenha acesso à mídia impressa ou eletrônica tem lido ou ouvido falar sobre as mudanças que o mundo do trabalho vem sofrendo desde meados da década dos 70. Com maior ou menor grau de intensidade, as relações de trabalho no mundo inteiro vêm acumulando transformações que beneficiam majoritariamente o capital especulativo e financeiro em detrimento do humano e do trabalhador.

Quando tratamos de discutir com os graduandos do curso de Educação Física o significado do trabalho e o trabalho na sociedade brasileira, observamos dois aspectos importantes: a) insinuações depreciativas sobre o caráter do brasileiro, fundadas nos ditos populares, segundo os quais “brasileiro é vagabundo”, “brasileiro não gosta de trabalhar”; e b) manifestações dos pares de contradição inerentes à idéia de trabalho como “castigo e virtude”, “enfado e criativo”, “obrigação e realização pessoal”, “compromisso e satisfação”, “escravidão e liberdade”, “mal necessário”.

Sobre o primeiro aspecto, é revelador observar que os jovens graduandos não têm a consciência de que o trabalho está na esfera dos direitos das pessoas e faz parte da idéia de cidadania (Cumpe-nos lembrar o artigo 23 da *Declaração Universal dos Direitos Humanos* proclamada pela ONU em dezembro de 1948: “Toda pessoa tem o direito ao trabalho, à livre escolha do trabalho, à condições eqüitativas e satisfatórias de trabalho e à proteção contra o desemprego”). Para eles, o trabalho e a sua inserção no mundo do trabalho está no âmbito, único e exclusivo, do esforço pessoal e não guarda correspondência com o modelo econômico escolhido por uma nação ou pela política de desenvolvimento adotada por ela.

Não compreendem ou não imaginam que o mercado de trabalho é um espaço público e, como tal, necessita de recursos de infra-estrutura e de investimentos, feitos pelo Estado e para todos, que possibilitam a expansão das atividades econômicas. Só mesmo pelo viés da inconsciência política é possível acreditar em mercado de trabalho independentemente de quem está no poder e no comando da política econômica.

Para muitos jovens é fácil aceitar que um desempregado não trabalha porque não quer, pois se baseiam na crença segundo a qual o futuro profissional depende de comportamentos individuais, reforçando a desigualdade e o velho chavão do “salve-se quem puder”. O que esses jovens não se apercebem é que não existem saídas individuais para todos! (POCHMANN, 2000).

Desta forma, torna-se desconcertante e provoca mal-estar, quando, em sala de aula, começamos a atribuir ao trabalho um significado que vai muito além da sobrevivência ou meio de sustento. Quando atribuímos a ele a possibilidade de produção de cultura, da transformação do meio e da sociedade, da construção da história e da realização de projetos, os graduandos começam a perceber que o trabalho está relacionado com a sua subjetividade, com a construção da sua identidade pessoal (Não é coincidência quando, numa conversa informal, os interlocutores perguntam entre si “qual é o seu nome?” e, logo em seguida, “o que você faz?”. Ambas as perguntas têm como objetivo situar os interlocutores, um em relação ao outro, ou seja, esclarecer “quem é você?”) e, como decorrência, toma outra dimensão a percepção destes graduandos a respeito da realidade do mundo do trabalho e sua futura relação com esse mundo.

Sobre as contradições do trabalho, elas estão calcadas na própria origem etimológica da palavra (torturar com *tripalium*) e na tradição religiosa. Na tradição judaico-cristã, notadamente no Velho Testamento (Gênesis 3,17 e 3,19.), o trabalho é visto como castigo, uma vez que, por ter comido do fruto proibido e, conseqüentemente, ter perdido o paraíso, restará ao homem

(e à mulher) “tirar da terra o teu sustento à força de seu trabalho. Tu comerás o teu pão no suor do teu rosto”. Por sua vez, na tradição protestante o trabalho é visto como virtude, felicidade e realização, estilo de pensamento que impulsionou o surgimento da burguesia e, posteriormente, a Revolução Industrial.

Sabemos, no entanto, que o trabalho não é, em si, nem um bem, nem um mal. Ele é o que fazemos dele e, assim, o trabalho é uma experiência humana que, ao nos remeter a sentimentos tão contraditórios, reflete as contradições existentes no homem e na sociedade. Cabe-nos, portanto, conhecer as relações do mundo do trabalho para encontrar o equilíbrio entre os aspectos que o caracterizam.

É importante ressaltar que essa temática já faz parte das preocupações de autores com formação em Educação Física que estão discutindo, direta ou indiretamente, questões relacionadas ao mundo do trabalho e sua reestruturação, relacionando-as com a intervenção profissional em Educação Física (CARVALHO, 1997; FARIA JÚNIOR, 1997; M. SILVA, 1997; SILVA, 1997; NOZAKI, 1999; GARCIA & KUNZ, 2001).

### **I.1 A Estruturação do Mundo do Trabalho**

A história da humanidade confunde-se com a história do trabalho e as mudanças observadas ao longo dos tempos dizem respeito às relações estabelecidas entre aqueles que produzem e comercializam a produção, ao papel do Estado como mediador destas relações e à criação ou introdução de mecanismos para incrementar a produtividade.

Desde muito cedo, o homem viu-se repleto de necessidades e desejos e o trabalho veio responder às expectativas de sobrevivência, desenvolvimento, relacionamento e socialização. Diferentemente de outros animais, o homem potencializa seu trabalho, utilizando-se de ferramentas (da pá ao raio-laser), mudando, se desejar, o curso de sua atividade e, principalmente, dando-lhe um significado pessoal e social.

A escravidão, uma forma de trabalho que remonta aos povos da Antigüidade e que até hoje persiste, estabelece entre os envolvidos uma relação de opressão e dominação na qual a produção de bens, serviços e mercadorias têm apenas um dono, o senhor de escravos. O trabalho escravo, ou o trabalho dos homens vencidos (referência aos homens que capturados na guerra, agora escravos, tornavam-se propriedade de outrem e privados de liberdade), sobreviveu institucionalmente até o século XIX (com características diferenciadas das da Antigüidade) e, após a promulgação de sucessivas leis anti-escravistas, foi dando lugar ao trabalho assalariado (NASCIMENTO & BARBOSA, 1996; POCHMANN, 2004).

Na Grécia Antiga, berço da civilização ocidental, o trabalho teve um sentido pejorativo e significava reproduzir a força física para prover as necessidades cotidianas. Nesta sociedade, a vocação do homem livre estava em participar da construção e gestão da *polis* através da política e da palavra. Aos escravos e aos estrangeiros cabiam a manutenção da vida cotidiana, os afazeres rotineiros. O trabalho era, então, algo constrangedor e não significava realização pessoal ou vínculo social, pois estes se davam no campo da política, na assembléia (POCHMANN, 2004).

Parte da Europa ocidental conheceu, na Idade Média, uma outra forma de trabalho vinculada ao surgimento dos feudos e à força da Igreja Católica. No feudalismo, o trabalho era realizado pelos servos que, embora não fossem propriedade do senhor, entregavam a ele boa parte daquilo que produziam nas terras deste senhor. Tendo como base da economia a agricultura de baixa produtividade, o mundo feudal se caracterizou por suprir as necessidades cotidianas: o servo dedicando uma parte do seu tempo à produção de alimentos para sua subsistência e outra parte à produção de alimentos para o seu senhor, dono da terra.

Com o surgimento lento, mas progressivo, das cidades viu-se crescer as atividades ligadas ao comércio e ao trabalho dos artesãos (ferreiro, marceneiro, alfaiate, por exemplo) que produziam bens de uso cotidiano. Estes possuíam todos os meios (aparatos) para a produção (ferramenta, matéria-prima, espaço físico) e detinham o saber sobre a realização do trabalho, graças à experiência desenvolvida pelo artesanato doméstico. Ou seja, os artesãos dominavam todo o processo de produção e circulação dos seus produtos.

No entanto, com sucessivas revoluções dos usos e costumes, das modas e gostos das populações urbanas, incrementados pelo contato com o Oriente e a expansão do comércio e dos negócios, viu-se crescer a demanda por mais e novos produtos. O artesanato urbano passa a ser organizado em torno de mestre de ofício e mercadores; aos novos artesãos, geralmente camponeses desgarrados de suas comunidades aldeãs e destituídos de instrumentos de trabalho e matéria-prima, restavam entregar sua capacidade produtiva e criativa em troca de uma remuneração (NASCIMENTO & BARBOSA, 1996).

A passagem do feudalismo para o capitalismo foi um longo e lento período de transição e de reordenamento social e econômico. Existem dois autores, Max Weber e Karl Marx, que procuram explicar a origem do capitalismo, sendo que para o primeiro a origem deveu-se ao legado do protestantismo e, para o segundo, às peculiaridades do modo de produção de mercadorias.

A tese central de Weber, encontrada em *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*, considera que o capitalismo se desenvolve a partir da idéia segundo a qual o trabalho e a prática profissional são caminhos para a salvação e a riqueza, um sinal de que o indivíduo é um predestinado. Esta maneira de pensar, de valorização do trabalho, diferentemente da doutrina católica, acomoda uma conduta religiosa a uma conduta econômica propiciadora do lucro que, na ética protestante, deve ser reinvestido para criar novas possibilidades de trabalho. O trabalho adquire a dimensão de valorização da vida na Terra e seus frutos passam a serem vistos como recompensa.

Para Marx, o capitalismo surge quando os donos dos meios de produção, ou seja, quando as ferramentas, a matéria-prima, os espaços de trabalho são de propriedade privada e resta aos detentores da força de trabalho (aos operários) vendê-la aos primeiros. O trabalho passa a ser uma mercadoria, algo que se pode vender, comprar e atribuir um valor, transformando os homens em meros executores de um trabalho repetitivo e sem significado.

O trabalho, enquanto atividade humana, tanto pode ser ato de liberdade, de criação e fonte de prazer e auto-conhecimento, se for consciente, quanto ato de escravidão, de alienação e fonte de exploração, se inconsciente. Marx, em *O Capital*, vai tratar destas relações afirmando que no trabalho alienado o trabalhador ao produzir algo que é apropriado pelo não-trabalhador vai dar origem à “mais-valia”, alimentando a acumulação de riqueza deste último. Neste processo de alienação, o trabalhador não decide sobre os rumos do seu trabalho e não tem consciência da riqueza que produz, não se percebe como responsável, como criador e como elemento indispensável na produção desta riqueza (SADER, 1999).

A Revolução Industrial potencializou as mudanças nas relações de trabalho e nos processos de produção. Com uma série de inovações técnicas, como por exemplo, o uso da energia hidráulica e, depois, o vapor para movimentar as máquinas que antes usavam força manual ou tração animal, vemos surgir as primeiras fábricas, as jornadas de 15/16 horas de trabalho, a utilização indiscriminada da força de trabalho feminina e infantil.

Posteriormente, os avanços tecnológicos, utilização da eletricidade e motor a explosão, associados às mudanças de concepção nas rotinas e processos de produção ocorridos no crepúsculo do século XIX, deram novo impulso ao capitalismo. O crescente processo de concentração de capital favoreceu o aparecimento de grandes empresas e generalizou o uso de

máquinas, tornando o trabalhador mero repetidor de tarefas (MATTOSO, 1995). Visando eficiência, enfatizou-se o estudo e a racionalização do tempo e dos movimentos necessários para a execução das tarefas, a separação da concepção e da execução do trabalho (taylorismo), a produção em massa, os produtos estandarizados, a divisão das tarefas em linha de montagem, a especialização do trabalhador (fordismo).

Braverman (1987) chama a atenção para um aspecto essencial do taylorismo: o controle do trabalho vai muito além da reunião dos trabalhadores em uma oficina, ou do estabelecimento de uma jornada de trabalho, ou ainda, da fixação de metas de produção. Controle, na *Organização Científica do Trabalho*, significa controle e imposição de uma maneira rigorosa pela qual o trabalho deve ser executado.

Essa nova realidade rouba do trabalhador a possibilidade da criação e decisão sobre como realizar sua atividade. Como observa Leite (1994, p.60)

centrando o controle sobre o trabalho no controle das decisões que são tomadas no curso da produção, Taylor propôs que a gerência reunisse o conhecimento sobre o trabalho anteriormente possuído pelos trabalhadores e eliminasse toda a atividade de concepção do chão de fábrica, concentrando-a nos escritórios de planejamento, como forma de impedir a prática generalizada dos trabalhadores nas oficinas de conter o ritmo da produção. Através da expropriação do saber operário e do domínio sobre o processo produtivo que essa iniciativa permitiria ao capital, estariam dadas as condições para que a gerência racionalizasse a produção, a partir da definição dos modos e dos tempos de produção, estabelecendo rigidamente os rendimentos dos trabalhadores. Estes, por sua vez, não só perderiam o controle e a capacidade de decisão que possuíam sobre seu processo de trabalho, como deveriam ser colocados sob o domínio de uma forte estrutura hierárquica encarregada da vigilância e fiscalização da produção, a fim de garantir que os objetivos traçados pela administração fossem seguidos à risca pelos produtores.

O fordismo significou um novo modelo de produção e baseou-se na fabricação de mercadorias, sobretudo bens de consumo duráveis (automóveis e eletrodomésticos) em série, através da submissão do trabalhador à velocidade das linhas de montagem.

Este período, conhecido como II Revolução Industrial, foi marcado por conflitos e resistência por parte dos trabalhadores: reagiram contra o emprego da maquinaria, considerada fator de desemprego, organizaram-se em sindicatos para fazer valer suas reivindicações, fortalecendo uma identidade de classe. Se o emprego do taylorismo/fordismo propiciou aumento na produtividade e maior oferta de produtos foi às custas da segmentação do trabalho, do comprometimento da saúde do trabalhador, do controle de suas ações e da expropriação do seu saber profissional.

Assim,

para os trabalhadores, os novos princípios organizacionais foram vividos como mais um processo de degradação de suas condições de trabalho, em função de seu caráter opressivo, alienante e desqualificador. A monotonia do trabalho repetitivo, simplificado, destituído de conteúdo e por isso mesmo embrutecedor; os danos para a saúde, em consequência dos ritmos extenuantes exigidos pela cadência da linha de montagem, ou pelo sistema de prêmios de produção, assim como a humilhação, imposta pela rígida vigilância exercida pela hierarquia do capital no interior das fábricas, passaram a ser sistematicamente denunciados pelos trabalhadores em suas ações de resistência individual e coletiva (LEITE, 1994, p. 62-3).

A despeito de todo controle exercido pela administração, da simplificação das tarefas e da desqualificação do trabalho, da rigidez dos ritmos e da cronometragem do tempo, sabemos que a complexidade do processo produtivo é tal que necessita da intervenção não-planejada e do saber próprio dos trabalhadores para resolver os problemas do cotidiano de trabalho. Os planejamentos engessados, elaborados nos mínimos detalhes, estavam longe de espelhar as rotinas da produção e denunciam a necessidade de trabalhadores com algum grau de saber sobre a dinâmica do trabalho e capazes de tomar decisões.

Apesar de sucessivos períodos de crise, duas guerras mundiais, depressão dos anos 30 e Guerra Fria, a II Revolução Industrial consolidou um padrão de desenvolvimento e de produção que, no entanto, não encontrou sintonia com a realidade dos salários e poder de consumo da população em geral. Embora a oferta de produtos tenha crescido em níveis antes desconhecidos, o sistema industrial via-se em crise dada a falta de consumidores. Com outras palavras: “desde meados da

década de 20, o desenvolvimento do novo padrão tecnológico e produtivo em dissonância com a velha relação salarial baseada no contrato individual de trabalho criava obstáculos ao seu próprio crescimento por debilitar e agravar a situação dos trabalhadores após a Primeira Guerra Mundial” (MATTOSO, 1995, p. 21).

Em particular, a quebra da Bolsa de Valores de Nova York (1929) e a Grande Depressão (1929 à 1933) constituíram-se no clímax de uma crise em que a estagnação econômica e os níveis de desemprego chegaram a índices alarmantes. Neste cenário, influenciado pelas teses de John Keynes (1883-1946), economista inglês formulador dos princípios da macroeconomia e da presença do Estado como agente econômico, o Estado foi chamado a intervir e garantir condições de consumo e diminuir os efeitos sociais negativos da desregulada prática capitalista de então. A elaboração de uma política econômica e social que ampliasse a inclusão, em conjunto com a reformulação do papel do Estado, ficou conhecida como *Welfare State* ou Estado de Bem-Estar Social.

Como já foi mencionado anteriormente, a Revolução Industrial iniciada no século XIX na Inglaterra trouxe profundas mudanças para o cotidiano do trabalhador. As condições de vida nos centros urbanos, dada sua precariedade, resultou em epidemias e degradação moral. Com o passar do tempo

a crescente miséria a que estava submetida essa grande massa de trabalhadores, o aumento do desemprego face a novas tecnologias, cada vez mais poupadoras de mão-de-obra, e a instabilidade e más condições de trabalho daqueles empregados tornou inevitável o surgimento do movimento operário (AGUIAR, 1996, p. 74).

Neste sentido vimos nascer uma nova realidade histórica: a consciência de classe que manifestou-se através dos movimentos revolucionários de 1848, nas conquistas operárias dos anos subseqüentes, na expansão dos partidos trabalhistas e dos sindicatos (AGUIAR, 1996).

Apesar do espaço político conquistado pelos trabalhadores no final do século XIX, o período entre guerras e o auge do capitalismo monopolista enfraqueceram essas conquistas. Os problemas com a baixa demanda eram resolvidos com a redução da produção (e não com a redução dos preços) e, conseqüentemente, com o crescimento do desemprego. O quadro hiperinflacionário decorrente da emissão de moeda sem lastro para financiar os gastos com a Primeira Guerra e o desequilíbrio fiscal fizeram explodir os preços.

Este cenário de desemprego, hiperinflação, instabilidade, perda nos salários e poder de compra, tornou-se terreno fértil para os movimentos fascista e nazista. Aproveitando-se do desencanto e do ressentimento do cidadão comum, o discurso de um nacionalismo exacerbado, aliado ao controle do Estado sobre a produção e sobre os preços e salários, visando a mudança da economia, conseguiram conquistar a simpatia da população e atingiram direto o estado de ânimo das classes médias. O sucesso da intervenção estatal, sobretudo alemã e italiana, em muito contribuiu para a revisão das teses liberais (AGUIAR, 1996).

É no bojo destes acontecimentos que Keynes vai defender a tese segundo a qual o Estado deve interferir e regular o desenvolvimento econômico e provocar, aumentando o volume de gastos, ciclos expansivos para gerar emprego. Em outras palavras: deve assegurar ciclos econômicos estáveis e investimentos públicos nos setores de transporte e energia para garantir crescimento da produção e do consumo de massa.

Hobsbawm (1995), ao analisar a origem do *Welfare State* a partir das economias capitalistas que sofreram a realidade dos anos 30, afirma que havia três alternativas: a) o comunismo soviético, pelo fato da então União Soviética ter-se mantido fora da crise ocidental; b) o movimento fascista que, apesar dos seus horrores, logrou uma bem sucedida reestruturação econômica; e c) a organização de um capitalismo menos fiel ao mercado como defendeu Keynes em 1936.



Considerando as várias correntes que procuram explicar a origem do *Welfare State*, Aguiar (1996) afirma que seu surgimento é uma resposta, no plano econômico, a) às mudanças causadas pela industrialização; e b) às necessidades de acumulação e legitimação do sistema capitalista. No plano político, uma resposta a) à ampliação dos direitos civis, políticos e sociais; b) ao acordo entre capital e trabalho organizado; e c) à mobilização da classe trabalhadora junto às instâncias de poder.

Essa nova fase do capitalismo consubstanciada pelo redimensionamento do papel do Estado como regulador da relação capital-trabalho caracteriza uma nova institucionalidade na qual a classe trabalhadora passa a ser ativa nas decisões que visam resolver as contradições sociais. No período que se estende do final da Segunda Guerra Mundial até meados da década de 1970, as economias capitalistas dos países centrais saborearam um grande dinamismo na produção e o poder dos sindicatos possibilitaram benefícios para a classe trabalhadora: férias remuneradas, décimo terceiro salário, contrato coletivo, fundo de garantia, seguro desemprego, pensões, aposentadoria. Além disto, criou-se uma rede de bens e serviços coletivos, educação, saúde, assistência social e habitacional, que veio favorecer também os familiares dos trabalhadores ativos e inativos (MATTOSO, 1995).

No entanto, e como observa Harvey (1999, p. 134), esse período histórico sob a égide do fordismo-keynesianismo, se completa:

a despeito de todos os descontentamentos e de todas as tensões manifestas, o núcleo essencial do regime fordista manteve-se firme ao menos até 1973, e, no processo, até conseguiu manter a expansão do período pós-guerra - que favorecia o trabalho sindicalizado e, em alguma medida, estendia os 'benefícios' da produção e do consumo de massa de modo significativo - intacta. Os padrões materiais de vida para a massa da população nos países capitalistas avançados se elevaram e um ambiente relativamente estável para os lucros corporativos prevalecia. Só quando a aguda recessão de 1973 abalou esse quadro, um processo de transição rápido, mas ainda não bem entendido, do regime de acumulação teve início.

O período virtuoso do capitalismo, no qual se estabeleceram normas de produção, relações salariais e padrão de consumo, mostrará sinais de debilidade definido por uma crise social (insatisfação dos trabalhadores frente ao controle e rotina do padrão fordista/taylorista), econômica (aumento da competição entre os países centrais e limitação dos mercados consumidores) e técnica (substituição da base tecnológica metal-mecânica pela micro-eletrônica). A nova realidade traz um novo padrão tecnológico e produtivo e desarticula as relações sociais, trabalhistas e salariais de então, criando um cenário de incerteza e de reestruturação do mundo do trabalho.

## 1.2 A Reestruturação do Mundo do Trabalho

O impacto das mudanças no mundo do trabalho ainda não foi totalmente compreendido e avaliado, uma vez que elas ainda estão em curso. No entanto, a literatura e os estudiosos já produziram material suficiente para uma apresentação de como tem sido dadas as relações de trabalho no final do século XX e começo do século XXI.

Como ressalta Mattoso (1995, p. 62-3), a reestruturação do capitalismo a partir da década de 80

traria em seu bojo a ruptura do paradigma industrial e tecnológico impulsionado a partir da Segunda Revolução Industrial e a emergência de um novo padrão produtivo, tecnológico e organizacional. Ao buscar consolidar-se, este novo padrão entraria em conflito, não somente com o velho padrão industrial, mas sobretudo com as relações sociais, salariais e com o padrão de consumo anteriores

A reestruturação do mundo do trabalho, como foi afirmado anteriormente, é fruto de uma crise multifacetada: os condicionantes sociais, econômicos e técnicos relacionados entre si vão impulsionar uma nova maneira de fazer e compreender o mundo do trabalho e a relação capital-trabalho.

No que se refere aos condicionantes sociais, observamos que os limites da relação trabalho/trabalhador na estrutura taylorista/fordista fez surgir movimentos operários de resistência a) às tarefas parceladas e repetitivas que, desprovidas de

sentido, depreciam o conteúdo do trabalho e o valor da força de trabalho e b) à constante elevação dos ritmos de trabalho. Se, a primeira geração do operário-massa suportou as características da estrutura taylorista/fordista por uma renda que possibilitava o acesso aos bens de consumo, a segunda geração não se vê disposta a entregar o “ser” pelo “ter” (ANTUNES, 1999). Soma-se, ainda, a crise do Estado, que foi incapaz de honrar com os compromissos do *Welfare State*.

Tal resistência atingiu em cheio a produtividade das empresas e, concomitantemente temos, como condicionantes econômicos, o choque do petróleo (1973), as altas taxas de juros, a diminuição da lucratividade e dos investimentos, mas principalmente, o aumento da concorrência dos países europeus e japoneses que, ao alcançarem os índices de produtividade norte-americanos, começaram a competir pelo mercado consumidor mundial, aprofundando a crise (LEITE, 1994; MATTOSO, 1995).

Sem menosprezar o impacto dos condicionantes sociais e econômicos como fatores essenciais para a reestruturação do mundo do trabalho, são as mudanças de natureza tecnológica, notadamente a substituição da base metal-mecânica pela micro-eletrônica, que vão transformar as relações de produção e de trabalho.

Womack, Jones & Roos (1992) advogam que a indústria fordista além de alterar a maneira de produzir bens, alterou, também, a maneira de trabalhar, de comprar e de viver. Segundo os autores, a produção artesanal, anterior à fordista, caracterizou-se, principalmente, por exigir artesãos habilidosos e conhecedores das minúcias da produção, por produtos quase exclusivos, por despender total atenção ao consumidor, por preços proibitivos devido aos elevados custos, pela baixíssima produtividade e por empregar máquinas e ferramentas simples e multifuncionais.

A indústria fordista com sua base tecnológica metal-mecânica alterou profundamente esse cenário: operários semi-qualificados para tarefas parceladas e fragmentadas, produtos estandarizados produzidos em série e em grande escala, preços baixos e altíssima produtividade, máquinas especializadas e dispendiosas.

A micro-eletrônica, base da indústria toyotista (ou enxuta, ou flexível, dependendo do autor) trouxe a possibilidade de remodelar a maquinaria para um maior grau de funcionalidade, ou seja, máquinas que pudessem, com pequenos ajustes, produzir diferentes produtos que, lançados num mercado instável e competitivo como dos anos 1980, pudessem vir ao encontro das demandas da sociedade. Assim, vimos nascer uma indústria na qual o trabalhador precisa ser multiqualificado para operar as máquinas em situações diversas, tomar decisões e avaliá-las, que produza em pequena escala e que os produtos sejam personalizados, com alta produtividade e preços acessíveis.

Antunes (1997, p. 26) assim assinala os traços constitutivos básicos e diferenciadores entre o fordismo e o toyotismo:

ao contrário do fordismo, a produção sob o toyotismo é voltada e conduzida diretamente pela demanda. A produção é variada, diversificada e pronta para suprir o consumo. É este quem determina o que será produzido, e não o contrário, como se procede na produção em série e de massa do fordismo

Esse novo padrão tecnológico e produtivo vai desencadear uma retomada do crescimento industrial e uma revitalização do consumo médio, induzido, aliás, pela mídia e pelos formadores de opinião. A automação flexível, ou seja, a ampliação da capacidade de programação e diversificação do processo produtivo trouxe, como consequência, a) a redução dos níveis hierárquicos nas empresas, a incorporação de novos procedimentos de planejamento e pesquisa de produtos e mercados; b) novas formas de relação entre fornecedores e o surgimento da terceirização (Esse termo define o conjunto de práticas pelas quais a empresa transfere uma ou mais atividades para uma empresa subcontratada. Por exemplo, uma fábrica que antes tinha seus próprios funcionários para cuidar a limpeza passa a contratar uma empresa independente para realizar esse serviço -

Dowbor, 2004); c) mas, principalmente, uma ruptura no pacto social e nas relações de trabalho constituídos entre 1950 e 1980 (MATTOSO, 1995).

Sem ignorar a presença, ainda hoje, do modelo fordista no mundo do trabalho, mas ciente de suas eminentes limitações, o capital vê-se obrigado a gestar e construir um novo padrão de acumulação. Este novo padrão exigirá uma reorganização das relações de trabalho e provocará mudanças radicais nas negociações e instâncias de poder relativos ao binômio capital/trabalho:

os poderes aumentados de flexibilidade e mobilidade permitem que os empregadores exerçam pressões mais forte de controle do trabalho sobre uma força de trabalho de qualquer maneira enfraquecida (...). O trabalho organizado foi solapado ... [e] a acumulação flexível parece implicar níveis relativamente altos de desemprego 'estrutural', rápida destruição e reconstrução de habilidades, ganhos modestos (quando há) de salários reais e o retrocesso do poder sindical - uma das colunas políticas do regime fordista. O mercado de trabalho, por exemplo, passou por uma radical reestruturação. Diante da forte volatilidade do mercado, do aumento da competição e do estreitamento das margens de lucro, os patrões tiraram proveito do enfraquecimento do poder sindical e da grande quantidade de mão-de-obra excedente (desempregados e subempregados) para impor regimes e contratos de trabalho mais flexíveis (HARVEY, 1999, p. 140-3).

A forma de produzir mercadorias, chamada de acumulação flexível, ou seja, a flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo, que propicia à produção reestruturar-se a partir das oscilações da demanda, incorpora força de trabalho (temporária ou parcial) em momentos de expansão; nos momentos de contração do mercado, expulsa-a. O atual estágio do mundo do trabalho, assim como no início do fordismo, encontra um Estado alheio ao seu papel de mediador ou, pior, que se desresponsabiliza por regulamentar a nova relação capital/trabalho. Esquece ou ignora que, em uma sociedade fundada na centralidade do trabalho, este é um direito e um elemento de integração do indivíduo na esfera social.

Draibe & Henrique (1988), quando apresentam um balanço da crise do *Welfare State*, advogam que o debate sobre o tema iniciou-se com os primeiros sintomas da perda de dinamismo das economias ocidentais na metade dos anos 1970. Esse debate coloca em campos opostos aqueles que entendem que o *Welfare State* atingira seus limites e esgotara suas potencialidades e, do outro lado, aqueles que defendem a elaboração de uma nova estrutura assentada na idéia do bem-estar da sociedade.

O argumento central do primeiro grupo é assim apresentado: “o *Welfare State* é uma estrutura perniciosa e corresponde a uma concepção perversa e falida do Estado”. Ou seja, a expansão dos gastos públicos provoca *déficits*, inflação e desemprego; os programas sociais ferem a ética do trabalho e a produtividade da mão-de-obra; a regulação e intervenção do Estado introduziriam um elevado grau de autoritarismo nas sociedades democráticas.

O argumento do segundo grupo, como é exposto por Draibe & Henrique (1988), sugere que há mais pressões para sua mudança do que uma crise ou esgotamento na forma de intervenção social do Estado: “O *Welfare State* não passa por uma verdadeira crise; sofre antes uma mutação em sua natureza e operação”. Ou seja, no momento mesmo de consolidação dos programas estatais de benefícios sociais há um movimento contrário de pressões para diminuí-los; os programas precisam de uma reorientação no sentido de solucionar os problemas da pobreza e das desigualdades; a intervenção social precisa de estruturas menos vulneráveis às crises econômicas.

A política do *Welfare State*, fortemente abalada pela inflação, pela crise do petróleo e pelo endividamento público, renovou os ânimos daqueles que defendem um Estado mínimo responsável tão somente pela defesa nacional, pela manutenção das leis, da segurança e da justiça e pela garantia de funcionamento das regras básicas do jogo econômico.

Apesar de toda a investida do discurso neoliberal e ao contrário do que se propõe, Dupas (1998, p. 180) apresenta dados que mostram o enorme investimento social nas décadas de oitenta e noventa dos países centrais. Tais gastos visam minimizar os efeitos da economia globalizada e enfrentar o desemprego: “ho momento, o Estado vem sendo chamado em toda parte - e

especialmente nos países que possuem uma estrutura de Welfare - a garantir a sobrevivência dos cidadãos que estão sendo expulsos em grande quantidade do mercado formal”

Essa tem se configurado como a grande preocupação e o grande desafio das economias mundiais: como tratar a exclusão social. Embora seja uma velha conhecida, sobretudo nos países periféricos, a condição de pobreza, a dificuldade de renda e emprego e a marginalização têm afetado também grupos até recentemente integrados ao padrão vigente, criando uma classe de “novos excluídos”.

Em que pesem toda a produção intelectual sobre o assunto e as convergências e divergências teóricas, o que podemos observar atualmente é uma crítica contundente às atuais e novas demandas do mundo do trabalho. As idéias de *flexibilização dos contratos de trabalho* (perda dos direitos trabalhistas, terceirização, precarização do emprego etc.) e de *flexibilidade do trabalhador* (multifuncionalidade e polivalência) escondem, na verdade, exploração, sobrecarga e insegurança no trabalho.

Com as mudanças na organização do trabalho, o quadro de qualificações profissionais também tem mudado. Exige-se que o trabalhador seja capaz de conceber, organizar, executar, avaliar as tarefas e controlar a qualidade. Isso implica em escolarização elevada, treinamento constante, pois o trabalho qualificado pressupõe conteúdos mais elaborados.

A flexibilidade pode ser entendida, de um lado, como flexibilidade interna e refere-se à polivalência do trabalhador, portanto à relação trabalhador-tarefa. Por outro lado, pode ser entendida como flexibilidade externa e relaciona-se a possibilidade de variar o volume de emprego e, portanto, à relação trabalhador-rotatividade.

Hirata (1998), quando procura sintetizar o debate sobre o assunto, demonstra que, ao se caracterizar a flexibilidade produtiva no âmbito da empresa (interna), os aspectos são positivos: polivalência da mão-de-obra, menor divisão do trabalho, formações qualificantes etc. No entanto, nos anos de 1990 quando o debate foca a flexibilidade do mercado de trabalho (externa) os estudos relatam os problemas do trabalho temporário ou parcial, a precarização, a instabilidade e a degradação da saúde.

Ainda sobre os efeitos da flexibilidade do mercado de trabalho, Sennett (1999, p. 24) afirma que ao contrário do que se pensa, ela não é um ataque à burocracia e não dá às pessoas mais liberdade: é um novo modo de controle e dependência. Segundo o autor, a velocidade imposta por essa atual fase do capitalismo tem profundas conseqüências para a formação do caráter do trabalhador: “‘não há longo prazo’ é um princípio que corrói a confiança, a lealdade e o compromisso mútuo”

A precarização das relações de trabalho pode comprometer os laços de confiança nas instituições e a disposição das pessoas em estabelecer compromissos com os outros. Em um ambiente no qual não se podem construir esses laços e sem saber com quem contar nos momentos difíceis, é pouco provável construir uma identidade institucional e profissional. Ao contrário do que pensam os empresários, os profissionais da instituição começam a perceber que “a lealdade institucional é uma armadilha” (SENNETT, 1999, p. 25).

Como citado anteriormente, estamos falando de algo em curso, isto é, o mundo do trabalho está em nova fase de transição e suas conseqüências estão sendo vividas e avaliadas por todos aqueles que têm o trabalho como elemento essencial em suas vidas, ou seja,

Os caminhos que temos pela frente envolvem indiscutivelmente uma transformação profunda das relações de trabalho em geral. O motor dessa transformação é, também sem dúvida, a tecnologia, que avança rapidamente. Mas os mecanismos reguladores da transformação, ou os novos pactos sociais que devem emergir, ainda engatinham (DOWBOR, 2004, p. 69-70).

Embora toda a produção intelectual e acadêmica sobre o mundo do trabalho tenha sido pautada na reflexão, no olhar, na direção da indústria automobilista, têxtil e metalúrgica, ou seja, no trabalho industrial, isso não invalida a discussão do tema para a Educação Física. Muito pelo contrário, uma vez que o mundo do trabalho industrial orientou e organizou a vida cotidiana e a visão de mundo do homem do século XX e contaminou as relações de trabalho em todas as áreas.

Além disto e como advogam Paiva, Potengy e Chinelli (1997), as conseqüências da reestruturação do mundo do trabalho indicam que o futuro dos estudos sobre a temática se desloca para além da indústria, ou seja, surge uma nova fronteira: estudar o setor terciário ou de serviços. É neste ponto que investigar o mundo do trabalho em Educação Física se revela atual e pertinente.

## 2. RELAÇÕES DE TRABALHO E INTERVENÇÃO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO FÍSICA: NECESSIDADE DE EMPREENDER ESTUDOS.

Como toda a discussão sobre o mundo do trabalho está pautada no universo industrial, este universo vai orientar a visão que temos sobre o mundo do trabalho e vai influenciar inclusive o mercado e as relações de trabalho em Educação Física. Não podemos compreender o mercado de trabalho exclusivamente como o local onde se dará a intervenção. É preciso entendê-lo, também, como o espaço simbólico no qual as relações de trabalho se estabelecerão.

O quadro atual no qual se encontra a Educação Física – maior demanda pelos serviços, clientes mais bem informados e exigentes, maior número de profissionais intervindo, regulamentação da profissão – tem exigido uma nova postura do profissional. Estamos vivendo um momento de profissionalização da área, havendo fortes indícios de que aqueles que respondem pela intervenção têm agido com mais consciência, conhecimento e responsabilidade. Tal afirmação se sustenta quando observamos que nos últimos 10 anos, os cursos de graduação vêm, sistematicamente, sendo avaliados por mecanismos governamentais (INEP, ENADE), possuem projetos de extensão e de pesquisa; há variedade de cursos de formação continuada, publicações e eventos científicos.

Neste sentido, é bom lembrar que uma profissão se caracteriza por um conjunto de saberes (conceituais e de intervenção) que são exclusivos daqueles que pertencem ao grupo profissional, balizam a intervenção e são adquiridos, inicialmente, em uma graduação universitária. O domínio destes saberes pressupõe o comprometimento com a profissão e com a construção da carreira e, deste modo, é necessário ter em mente um projeto profissional (HOFFMAN, 2002; VERENGUER, 2004).

Considerando a reestruturação produtiva, observamos que a intervenção profissional em Educação Física passa por um processo de terceirização dos serviços e flexibilização dos contratos de trabalho. No entanto, e porque as mudanças sociais são mais dinâmicas que nossa capacidade de reflexão e entendimento, ainda não existem muitos estudos sobre essa nova realidade.

Verenguer (2003) ao estudar a construção da carreira dos profissionais de Educação Física observou que não há consenso sobre o significado e o impacto da terceirização e da flexibilização na vida profissional dos entrevistados. Para alguns, a experiência enquanto autônomos ou terceirizados é nova e insegura. Por outro lado, outros acreditam que tal realidade dá liberdade de ação e exige uma atitude empreendedora dos profissionais.

Ainda sobre esse estudo, os entrevistados afirmam que, se por um lado o trabalho por meio da terceirização ou como autônomos é algo transitório e circunstancial, por outro é enriquecedor para a carreira, pois exige do profissional total controle e responsabilidade sobre ela.

Atreveríamos afirmar que a ausência de consenso sobre o significado e o impacto da terceirização está relacionada com a percepção pessoal e as características de personalidade: embora todos sofram com a instabilidade das relações de trabalho, para alguns os ambientes instáveis são desafiadores.

Embora seja necessário empreender mais estudos sobre a temática, ressaltamos que nesta discussão a Universidade e os docentes responsáveis pela graduação não podem estar descolados das questões pertinentes ao cotidiano profissional e à dinâmica do mercado de trabalho sob pena de estarmos condenando os egressos à manipulação e à alienação.

Aliás, é nesta direção que se apresentam as reivindicações de Taffarel (1997, p. 45) quando advoga que os cursos de graduação precisam estar atentos às relações de trabalho e suas contradições. Em suas palavras, é preciso

Responder aos desafios de orientar politicamente a formação de profissionais de Educação Física & Esporte, tendo clareza do que significam as determinações do mercado de trabalho de uma economia especulativa altamente exploradora e destruidora, que procura manter altas taxas de lucro, super-exploração da mais-valia, pela via da flexibilização, desregulamentação, perda de direitos ao pleno emprego, à seguridade social.

Creemos que é nesta perspectiva que podemos refletir e ampliar o leque de conhecimento sobre o profissional de Educação Física e seu cotidiano de trabalho. O tema *Mercado de Trabalho* deve ser entendido, também, como um espaço simbólico no qual se dão as relações de troca entre o capital e o trabalho, ou seja, as relações que se estabelecem entre os donos dos meios de produção e os donos da força de trabalho. Essas relações de troca dizem respeito a salários, condições de trabalho (ambiente físico, social e de saúde, infra-estrutura), leis e benefícios trabalhistas (FGTS, 13º salário, férias remuneradas, seguro desemprego, aposentadoria), satisfação no trabalho, carreira profissional, identidade do grupo profissional, reconhecimento social.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Um curso de graduação que se preocupa em atender as exigências imediatas do mercado de trabalho está diplomando profissionais ultrapassados. Se considerarmos que um profissional leva 4 anos para sua formação inicial, mais 2 ou 3 explorando os caminhos profissionais, experimentando suas possibilidades para depois entrar na fase de comprometimento com a carreira, na qual construirá sua identidade profissional, isso significa dizer que 6/7 anos após o início dos seus estudos de graduação ele estará se beneficiando plenamente de todo seu investimento.

Assim, cabe perguntar: quem pode prever como o mercado de trabalho estará configurado? É irresponsabilidade institucional desconsiderar que o mercado de trabalho, as demandas sociais e o conhecimento que dá sustentação à profissão são dinâmicos e, embora, tenhamos uma idéia sobre como o mercado de trabalho se constituirá, precisamos lembrar que um profissional desenvolverá sua carreira ao longo de 25/30 anos.

Existem requisitos mínimos para uma inserção significativa no mercado de trabalho e que podem conduzir a uma intervenção profissional socialmente responsável e de qualidade. Esses requisitos definem, inclusive, o lugar em que os membros de uma profissão ocupam na sociedade e qual o valor que ela lhes atribui. Deste modo, é preciso compreender o significado da intervenção profissional em Educação Física para que possamos definir estratégias de ação no sentido de consolidar o mercado de trabalho e a profissão.

Neste sentido, é de fundamental importância empreender estudos visando elucidar a temática *Mercado de Trabalho e a Impacto da Reestruturação Produtiva* no universo da Educação Física, pois o conhecimento advindo deste empreendimento

tornar-se-á conteúdo a ser discutido nos cursos de graduação e contribuirá para a preparação de profissionais mais informados e conscientes.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGUIAR, C. G. de “As Origens do *Welfare State*”. *Nova Economia*: Revista do Departamento de Ciências Econômicas da UFMG, número especial, p. 71-116, 1996.
- ANTUNES, R. *Os Sentidos do Trabalho*: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo Editorial, 1999.
- \_\_\_\_\_. *Adeus ao Trabalho?* Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 2ª ed., São Paulo: Editora Cortez; Campinas: Editora da UNICAMP, 1997.
- BRAVERMAN, H. *Trabalho e Capital Monopolista*: a degradação do trabalho no século XX. 3ª ed., Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1987 (original em inglês de 1974).
- CARVALHO, M. de. “Capitalismo e Desporto: profissionalização, para que?”. *Motrivivência*, 9 (10):61-86, 1997.
- CUNHA, L. A. *A Universidade Temporã*: o ensino da colônia à era Vargas. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1980.
- DRAIBE, S. & HENRIQUE, W. “*Welfare State*, Crise e Gestão da Crise: um balanço da literatura internacional”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 6 (3):53-78, 1988.
- DOWBOR, L. *O que acontece com o trabalho?* 2ª ed. São Paulo: Editora SENAC, 2004.
- DUPAS, G. “A Lógica Econômica Global e a Revisão do *Welfare State*: a urgência de um novo pacto.” *Revista Estudos Avançados*, 12 (33):171-83, 1998.
- FARIA JÚNIOR, A. G. “Educação Física, Globalização e Profissionalização: uma crítica à perspectiva neoliberal”. *Motrivivência*, 9 (10):44-60, 1997.
- GARCIA, F. M. & KUNZ, E. “Trabalho Docente em Educação Física e Prática Social: relações com a concepção de trabalho capitalista”. *Kínesis*, (25):199-212, 2001.
- HARVEY, D. *Condição Pós-Moderna*: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. 8ª ed., São Paulo: Edições Loyola, 1999.
- HIRATA, H. “Entre mercado de trabalho, organização da produção e resistência dos trabalhadores: os meandros atuais da flexibilidade”. - Seminário Internacional - Reestruturação produtiva, flexibilidade do trabalho e novas competências profissionais - COPPE/UFRJ, 24 e 25 de agosto de 1998. (mimeo).
- HOBBSAWM, E. *A Era dos Extremos*: o breve século XX - 1914-1991. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- HOFFMAN, S. J. Tornando-se um profissional da atividade física. In: Hoffman, S.J. & Harris, J.C. *Cinesiologia*: o estudo da atividade física. Porto Alegre: Artmed, 2002.
- LEITE, M. de P. *O Futuro do Trabalho*: novas tecnologias e subjetividade operária. São Paulo: Editora Scritta, 1994.
- MATTOSO, J. E. L. *A Desordem do Trabalho*. São Paulo: Editora Scritta, 1995.
- NASCIMENTO, A.E. & BARBOSA, J.P. *Trabalho*: história e tendências. São Paulo: Ática, 1996.

NOZAKI, H. T. “O Mundo do Trabalho e o Reordenamento da Educação Física Brasileira”. *Revista da Educação Física/UEM*, 10 (1):3-12, 1999b.

PAIVA, V.; POTENGY, G. & CHINELLI, F. “Qualificação e inserção alternativa no mundo do trabalho: a sociologia do trabalho para além da indústria”. *Revista Novos Estudos CEBRAP* (48):121-142, 1997.

POCHMANN, M. As perspectivas do trabalho na economia moderna. In: Dowbor, L. et al. (orgs). *Desafios do Trabalho*. Petrópolis:Voices, 2004.

\_\_\_\_\_. *A Batalha pelo Primeiro Emprego: as perspectivas e a situação atual do jovem no mercado de trabalho brasileiro*. São Paulo: Publisher Brasil, 2000.

RIBEIRO, D. *A Universidade Necessária*. Rio de Janeiro:Editora Paz e Terra, 1975.

SADER, E. A Exploração. In: Sader, E. (org.) *Os Sete Pecados do Capital*. São Paulo:Record, 1999.

SENNETT, R. *A Corrosão do Caráter: conseqüências pessoais do trabalho no novo capitalismo*. Rio de Janeiro:Record, 1999.

SILVA, M. R. S. “O Mundo do Trabalho e a Sociedade Moderna”. *Revista Perfil*, 1 (1):67-77, 1997.

SILVA, P. T. N. “Globalização: a nova cultura do trabalho e seus impactos na Educação Física”. *Motrivivência*, 9 (10):121-141, 1997.

TAFFAREL, C. N. Z. “Currículo, Formação Profissional na Educação Física & Esporte e Campos de Trabalho em Expansão: antagonismos e contradições da prática social”. *Movimento*, 4 (7): 43-51, 1997.

TOJAL, J. B. A G. “A Formação nos Cursos de Educação Física face ao Mercado de Trabalho” *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*, 11 (2):160, 1989.

VERENGUER, R. C. G. “Intervenção Profissional em Educação Física: expertise, credencialismo e autonomia”. *Revista Motriz*, 10 (2): 123-134, 2004.

\_\_\_\_\_. *Mercado de Trabalho em Educação Física: significado da intervenção profissional à luz das relações de trabalho e da construção da carreira*. Tese (doutorado), Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, 2003.

WOMACK, J. P; JONES, D. T. & ROOS; D. *A Máquina que Mudou o Mundo*. 5ª ed., Rio de Janeiro: Editora Campus, 1992.

#### Contatos

Universidade Presbiteriana Mackenzie  
Av. Mackenzie,605 – Barueri  
Fone 4166-2131  
E-mail: [ritaveren@uol.com.br](mailto:ritaveren@uol.com.br)

*Tramitação*  
Recebido em junho/2005  
Aceito em: agosto/2005